



2º Simulado Especial

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO

BLOCO 8

Nível Intermediário
Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial CNU-BT8 (Nível Intermediário)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Bloco 8 - Nível Intermediário do CNU**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após as instruções deste simulado;

PREENCHA SEU GABARITO

<http://estrategi.ac/ozpsv0>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 13 - A B C D E | 25 - A B C D E | 37 - A B C D E | 49 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 14 - A B C D E | 26 - A B C D E | 38 - A B C D E | 50 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 15 - A B C D E | 27 - A B C D E | 39 - A B C D E | 51 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 16 - A B C D E | 28 - A B C D E | 40 - A B C D E | 52 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 17 - A B C D E | 29 - A B C D E | 41 - A B C D E | 53 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 18 - A B C D E | 30 - A B C D E | 42 - A B C D E | 54 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 19 - A B C D E | 31 - A B C D E | 43 - A B C D E | 55 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 20 - A B C D E | 32 - A B C D E | 44 - A B C D E | 56 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 21 - A B C D E | 33 - A B C D E | 45 - A B C D E | 57 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 22 - A B C D E | 34 - A B C D E | 46 - A B C D E | 58 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 23 - A B C D E | 35 - A B C D E | 47 - A B C D E | 59 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 24 - A B C D E | 36 - A B C D E | 48 - A B C D E | 60 - A B C D E |

LÍNGUA PORTUGUESA*Felipe Luccas***Meritocracia**

O termo Meritocracia, neologismo — do latim *mereo* ('ser digno, merecer') e do grego antigo *krátos* ('força, poder') — estabelece uma ligação direta entre mérito e poder. Tanto a palavra mérito quanto a palavra poder têm diversos significados, o que faz com que o termo meritocracia seja polissêmico. Por conseguinte, o termo pode tanto: ser interiorizado como um princípio de justiça (às vezes qualificado de utópico) e, ainda, simultaneamente, criticado como um instrumento ideológico voltado para a manutenção de um sistema político desigual.

Um modelo meritocrático é um princípio ou ideal de organização social que busca promover os indivíduos — nos diferentes espaços sociais: escola, universidade, instituições civis ou militares, trabalho, iniciativa privada, poder público, etc — em função de seus méritos (aptidão, trabalho, esforços, competências, inteligência, virtude) e não de sua origem social (sistema de classes), de sua riqueza (reprodução social) ou de suas relações individuais (fisiologismo, nepotismo ou cooptação).

Sociólogos, pedagogos e filósofos discutem como explicar o modelo meritocrático onde, nas sociedades contemporâneas, os indivíduos o interiorizam e o tratam como um modelo de justiça social. Esses pesquisadores destacam as falhas e as insuficiências desse modelo: ausência real de igualdade de oportunidades, sua incapacidade de resolver, sozinho, as desigualdades (sociais, culturais, sexuais, etc) e sua limitada eficácia como "princípio de justiça", todas sujeitas a críticas. Para a maior parte dos pesquisadores, a verdadeira meritocracia — aquela que ofereceria, a cada um, aquilo que se mostrasse digno de obter — jamais existiu, em razão da falta, por exemplo, de medidas eficazes para compensar a desvantagem dos indivíduos, sejam elas biológicas (desde condições genéticas, até limitações fisiológicas), sociais ou econômicas.

Segundo Marie Duru-Bellat, professora em Ciências da Educação na Université de Bourgogne (França) e pesquisadora na REDU-CNRS (Institut de Recherche en Education), a noção de mérito tem um caráter consensual e por isso "a meritocracia (...) gradualmente se impôs como o mais importante princípio de justiça, sobretudo na escola onde está no centro de seu funcionamento".

Para o professor emérito de Sociologia da Universidade de Bordeaux François Dubet, a meritocracia é uma "ficção necessária". Ele considera que "este modelo de justiça e igualdade tem uma força essencial: não existe nenhum outro!"

Diversos outros pesquisadores — considerando que a ordem criada por ela não é uma verdadeira meritocracia — a qualificam de ideologia meritocrática, ou ainda de "mistificação", até mesmo de mito, dado o efeito prejudicial que apresenta quando, sem uma reflexão crítica sobre a natureza dos sistemas aos quais é aplicada (sociedade, Estado, escola, mundo do trabalho, etc), sem uma definição clara da noção de mérito ou da modalidade de recompensa e sem as ferramentas complementares para correção das desigualdades preexistentes, o modelo meritocrático produz efeitos muito distantes do ideal justo a que se propõe. Por exemplo, ao reproduzir as desigualdades sociais, acaba por legitimá-las, atribuindo aos "perdedores" toda a responsabilidade por seu "fracasso".

(adaptado de <https://pt.wikipedia.org/wiki/Meritocracia>)

01. De acordo com o texto,

- a) existe um debate sobre as virtudes da meritocracia, no qual os sociólogos entendem não ser justo um sistema baseado no mérito.
- b) os pesquisadores comprovaram que é impossível aplicar a meritocracia, uma vez que as pessoas possuem desvantagens físicas e mentais.
- c) para evitar as distorções da meritocracia, há que se atender a certas condições, como a definição clara de mérito e do sistema de recompensa, além de mecanismos para corrigir desigualdades preexistentes.
- d) alguns especialistas ideologicamente viesados atacam a meritocracia, porque esta é um sistema que não recompensa quem não se esforça para apresentar valor para a sociedade.
- e) a meritocracia é um modelo que perpetua desigualdades, uma vez que não é possível a distribuição justa de recompensas entre pessoas que possuem capacidades intelectuais diferentes.

02. Segundo o autor, na polêmica mencionada no texto, existe uma visão predominante, que é a de que:

- a) não existe nenhuma meritocracia no modelo atual;
- b) é impossível haver meritocracia em regimes desiguais;
- c) a meritocracia é a única forma possível de justiça;
- d) a meritocracia legítima nunca foi praticada;
- e) a justiça é uma “ficção necessária”.

03. No desenvolvimento temático do texto, depois de se referir à meritocracia na sua origem e concepção geral, o texto desenvolve a ideia de que

- a) existe atualmente um debate sobre as supostas carências da meritocracia como modelo de justiça social.
- b) não existe real igualdade de oportunidades num modelo meritocrático como hoje se concebe.
- c) sua incapacidade de resolver as desigualdades (sociais, culturais, sexuais, etc) impede sua eficácia como "princípio de justiça".
- d) a verdadeira meritocracia — aquela que ofereceria, a cada um, aquilo que se mostrasse digno de obter — jamais existiu.
- e) é impossível compensar a desvantagem dos indivíduos, de origens biológicas (desde condições genéticas, até limitações fisiológicas), sociais ou econômicas.

04. No segundo parágrafo, o autor do texto visa a apresentar:

- a) uma definição de um determinado conceito;
- b) uma reflexão sobre os méritos individuais;
- c) uma enumeração de ambientes meritocráticos;
- d) um conjunto de competências valorizadas;
- e) uma crítica sobre a organização social.

05. O autor usa especificamente o vocábulo “polissêmico” para se referir

- a) às polêmicas envolvendo o conceito de “mérito”;
- b) às múltiplas acepções do termo “meritocracia”;
- c) à etimologia grega do termo “meritocracia”;
- d) aos diversos sentidos contraditórios de “poder”
- e) aos radicais latinos na composição de “força”.

06. Considerando globalmente as ideias texto, a consideração etimológica feita no primeiro parágrafo

- a) visa a uma demonstração de conhecimento erudito;
- b) prova que o termo perdeu seu sentido original;
- c) estabelece uma indissociabilidade de conceitos;
- d) esclarece ao leitor o sentido obscuro do vocábulo;
- e) tem função estilística no desenvolvimento do texto;

07. No texto, o referente da palavra em negrito está corretamente explicitado, entre colchetes, no trecho do

- a) 3º parágrafo – Para a maior parte dos pesquisadores, a verdadeira meritocracia — aquela **que** ofereceria, a cada um, aquilo que se mostrasse digno de obter — jamais existiu [**meritocracia**]
- b) 6º parágrafo – Diversos outros pesquisadores — considerando que a ordem criada por **ela** não é uma verdadeira meritocracia [**ordem**]
- c) 2º parágrafo – Um modelo meritocrático é um princípio ou ideal de organização social **que** busca promover os indivíduos — nos diferentes espaços sociais [**organização**]
- d) 6º parágrafo – Por exemplo, ao reproduzir as desigualdades sociais, acaba por legitimá-las, atribuindo aos “perdedores” toda a responsabilidade por **seu** “fracasso”. [**perdedores**]
- e) 6º parágrafo – o efeito prejudicial que apresenta quando, sem uma reflexão crítica sobre a natureza dos sistemas **aos quais** é aplicada (sociedade, Estado, escola, mundo do trabalho, etc), sem uma definição clara da noção de mérito [**efeito prejudicial**]

08. Por conseguinte, o termo pode tanto: ser interiorizado como um princípio de justiça (às vezes qualificado de utópico) e, ainda, simultaneamente, criticado como um instrumento ideológico voltado para a manutenção de um sistema político desigual.

O termo destacado poderia ser substituído, sem alteração de sentido, por

- a) Porquanto;
- b) Outrossim;
- c) Conquanto;
- d) Portanto;
- e) Malgrado;

09. Esses pesquisadores destacam as falhas e as insuficiências desse modelo: ausência real de igualdade de oportunidades, sua incapacidade de resolver, sozinho, as desigualdades (sociais, culturais, sexuais, etc) e sua limitada eficácia como "princípio de justiça", todas sujeitas a críticas.

No segmento acima, o sinal de dois-pontos foi utilizado para

- a) produzir uma síntese de opiniões;
- b) explicar um modelo meritocrático;
- c) introduzir uma enumeração explicativa;
- d) destacar fala de terceiros citados;
- e) reproduzir discurso direto.

10. Sociólogos, pedagogos e filósofos discutem como explicar o modelo meritocrático **onde** nas sociedades contemporâneas, os indivíduos o interiorizam e o tratam como um modelo de justiça social.

Mantendo-se as ideias originais e a conformidade com a normal culta, o vocábulo destacado deveria ser substituído por:

- a) nas quais;
- b) aonde;
- c) o qual;

- d) em que;
- e) nos quais;

11. Na etimologia de "Meritocracia", temos caso de:

- a) estrangeirismo;
- b) derivação prefixal;
- c) derivação sufixal;
- d) derivação parassintética;
- e) hibridismo;

12. A concordância do verbo destacado corresponde às exigências da norma-padrão da língua portuguesa em:

- a) 100% das mídias tradicionais **tem** favorecido a divulgação de ideias contrárias à meritocracia.
- b) Nos últimos anos, **observou-se** mudanças significativas no modo como as pessoas encaram a ideia de competição justa.
- c) Mais de um especialista **manifestou** ressalvas sobre a aplicação prática do conceito de meritocracia.
- d) Se houvesse leis contra a criação de cotas, **condenar-se-ia** as autoridades por ação contra as minorias.
- e) Espera-se que, no futuro, **hajam** políticas que protejam os desfavorecidos em todos os níveis de competição.

13. A ambiguidade é considerada um problema grave na redação, que deve ter como traço necessário a clareza.

A frase que suscita duas leituras possíveis é:

- a) O descrédito das pessoas jamais o desencorajou.
- b) Um sonho que muitos têm é uma maior renda.
- c) A farinha é uma planta da família das euforbiáceas.
- d) Só as pessoas boas de verdade têm empatia e compaixão.
- e) O policial falou com a mulher que trabalha muito.

14. A colocação do pronome oblíquo átono em destaque está em acordo com os ditames da norma-padrão escrita em:

- a) Por que não surpreende-**me** a sua atitude?
- b) A prática da meditação trará-**lhes** mais paciência.
- c) A aluna sonhou com aquelas vagas, que interessavam-**na**.
- d) **Nos** surpreendemos todos com grosseria do servidor.
- e) A terapia vai despertar-**me** para novas emoções e sentimentos.

15. O acento grave está empregado de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa na seguinte redação:

- a) Os recursos de tecnologia pertenciam à empresas estrangeiras.
- b) O professor deu à entender que a banca estava equivocada.
- c) Tornou-se quase impossível manter a calma no dia à dia.
- d) Houve críticas em relação às nossas atitudes.
- e) Todo cidadão deve obedecer à regulamento ou lei.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

16. João, brasileiro nato, mora na Espanha há 15 anos. Tendo constituído família na Espanha, não pretende retornar ao Brasil, razão pela qual, por sua livre e espontânea vontade, adquiriu a nacionalidade espanhola. José, brasileiro naturalizado, atentou com o Estado Democrático e a ordem constitucional, motivo pelo qual o Ministério Público Federal requereu o cancelamento de sua naturalização.

Acerca dos casos narrados, conforme o disposto no texto da Constituição Federal, aponte a única alternativa correta.

- a) João perdeu a nacionalidade brasileira, porque fez opção pela nacionalidade espanhola.

b) José, pelo motivo narrado, não pode sofrer o cancelamento de sua naturalização, uma vez que o Estado não pode punir o nacional com a perda de nacionalidade.

c) No caso de João, a declaração de perda de nacionalidade somente poderá ocorrer se ele fizer pedido expresso à autoridade brasileira competente.

d) O cancelamento da naturalização de José poderá ser feito, em decorrência de ter praticado ato atentatório ao Estado Democrático e à ordem constitucional, por decreto do Presidente da República.

e) A Constituição Federal não admite hipóteses de declaração de perda da nacionalidade, ainda que haja pedido expresso.

17. Ana e Maria são casadas com Prefeitos de dois municípios do Estado Alfa. Ana não possui mandato eletivo e seu esposo já está no segundo mandato consecutivo. Ana pretende concorrer a vereadora no município em que seu cônjuge é o Chefe do Executivo. Maria se divorciou de José no terceiro de seu mandato como Prefeito. Nas próximas eleições, Maria pretende concorrer a Prefeita do mesmo município em que José exerce seu mandato. Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) Ana e Maria não estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos.

b) Apenas Maria está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo.

c) Apenas Ana está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo.

d) Ana e Maria estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos.

e) A inelegibilidade de Ana, para concorrer ao referido cargo, só seria afastada se o casamento tivesse terminado no primeiro ano do mandato.

18. Segundo o *caput* do artigo 5º da Constituição Federal, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”

Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, é INCORRETO afirmar que:

- a) A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
- b) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- c) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- d) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio eterno para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- e) Será concedido mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

19. Considere as seguintes afirmativas:

- I. São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- II. É proibida a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- III. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- IV. É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurada a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Há direito ou garantia individual, conforme apregoado pela Constituição Federal, apenas em:

- a) I e II.
- b) I, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) II e IV.
- e) I, II e III.

20. São direitos sociais elencados expressamente na Constituição Federal:

- a) Educação, saúde, moradia e propriedade.
- b) Lazer, trabalho, transporte e alimentação.
- c) Previdência social, assistência aos desamparados, educação e liberdade de crença religiosa.
- d) Trabalho, segurança, propriedade e liberdade de associação.
- e) Proteção à maternidade e à infância, lazer, moradia e liberdade de reunião.

21. De acordo com a Constituição Federal, o servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado

- a) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma da lei complementar.
- b) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 65 (sessenta e cinco), ou aos 70 (setenta) anos de idade anos de idade, na forma da lei complementar.
- c) compulsoriamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma da lei complementar.
- d) compulsoriamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, aos 65 (sessenta e cinco), ou aos 70 (setenta) anos de idade anos de idade, na forma da lei complementar.
- e) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 80 (oitenta) anos de idade, na forma da lei complementar.

22. Nos termos expressos na Constituição Federal, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as hipóteses descritas na Constituição Federal. A respeito dos cargos em comissão e das funções de confiança, aponte a alternativa incorreta.

- a) Os cargos em comissão podem ser preenchidos por pessoas que não são servidoras públicas de carreira, nas condições e percentuais definidos em lei.
- b) As funções de confiança só podem ser preenchidas por servidores de carreira.
- c) As funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

d) Os cargos em comissão são de livre nomeação e não dependem de concurso público para serem preenchidos.

e) As funções de confiança e os cargos em comissão são preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

23. A delegação a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco é uma forma de delegação de serviços públicos denominada:

- a) concessão administrativa.
- b) autorização de serviços públicos.
- c) permissão de serviço público.
- d) parceria público-privada.
- e) concessão de serviço público.

24. João é servidor público federal, mas sempre teve muita vontade de contribuir para a sociedade através do exercício de mandato eletivo. Para as próximas eleições, está planejando concorrer ao cargo de deputado federal. Ao pesquisar sobre o tema e sobre eventuais reflexos da sua candidatura e mandato no exercício do seu cargo público, João descobriu corretamente que:

- a) poderá se afastar de seu cargo para o exercício do mandato de deputado federal, mas nesse caso não terá o seu tempo de serviço contado para nenhum efeito.
- b) o exercício de mandato eletivo, por configurar novo cargo público, suspende o vínculo previdenciário do servidor filiado a regime próprio de previdência social, no ente de origem.
- c) deverá ser afastado do cargo, podendo optar pela remuneração que melhor lhe convenha.
- d) deverá ficar afastado do seu cargo, contando-se o tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- e) havendo compatibilidade de horários, poderá acumular o mandato com o seu cargo público, bem como a remuneração dos dois cargos.

25. A Administração Pública Federal compreende a Administração Direta e Indireta, enquanto o Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado. Acerca da organização da Administração Pública, assinale a opção correta:

- a) uma autarquia, entidade integrante da Administração Indireta, é considerada como o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
- b) os órgãos públicos são estruturas organizacionais sem personalidade jurídica, existindo apenas no âmbito do Poder Executivo.

- c) as atividades administrativas podem ser exercidas de maneira desconcentrada, mas não descentralizada.
- d) as entidades da Administração Direta vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.
- e) as autarquias adquirem personalidade jurídica com a inscrição de seus atos constitutivos no cartório correspondente.

26. Acerca das previsões da Lei de Improbidade Administrativa – LIA, assinale a opção correta quanto às sanções aplicáveis aos agentes públicos:

- a) a sanção de proibição de contratação com o poder público não pode extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade.
- b) a situação econômica do réu pode ser considerada pelo juiz para a majoração, até o dobro, da penalidade de multa.
- c) independentemente da menor gravidade do ato de improbidade, fica o juiz impedido de estabelecer como condenação apenas o pagamento de multa.
- d) ocorrendo lesão ao patrimônio público, a reparação do dano prevista na LIA não deve ser deduzida dos valores de ressarcimento ocorridos nas instâncias criminais, mesmo que tenham por objeto os mesmos fatos.
- e) na hipótese de prática de ato que atente contra os princípios administrativos, além do pagamento de multa civil de até 24 vezes o valor do dano, ficará o agente proibido de contratar com o poder público por prazo não superior a 12 anos.

27. José é servidor público federal regido pela Lei nº 8.112/90 e atualmente exerce suas funções em Vitória-ES. Por problemas em sua própria saúde, pretende pedir ao seu chefe para voltar à sua cidade natal, Linhares-ES, localidade em que também existe sede do órgão ao qual está vinculado. Com base na situação apresentada, assinale a opção correta:

- a) se deferido o pedido, José será removido, de ofício, no interesse da Administração.
- b) pode haver a remoção de José para outra localidade, desde que coincidam os interesses do servidor com os da Administração.
- c) a remoção do servidor sempre fica condicionada ao interesse da Administração, atendendo ao princípio da finalidade.
- d) José poderá ser reconduzido à sua cidade natal, desde que seja estável.
- e) a remoção de José ocorrerá a pedido e independentemente do interesse da Administração, condicionado o deferimento do pedido à comprovação da necessidade por junta médica oficial.

28. Determinada autoridade pública editou ato administrativo no qual, posteriormente, encontrou ilegalidades. Em consulta à procuradoria jurídica do órgão, foi informado que a extinção de ato administrativo por motivo de ilegalidade é denominada:

- a) cumprimento dos seus efeitos.
- b) revogação.
- c) convalidação.
- d) anulação.
- e) renúncia.

29. Imagine que Maria, servidora pública federal, estava dirigindo veículo oficial, a caminho de uma diligência. Por estar atrasada, conduzia o veículo acima da velocidade permitida e não viu quando Joana, pedestre, atravessava a rua na faixa. O resultado foi o atropelamento, que causou diversas lesões corporais na vítima. Revoltada, Joana pretende ajuizar ação de indenização, para reaver os danos materiais e morais sofridos em decorrência do acidente. A respeito da situação hipotética, assinale a opção correta:

- a) apenas as pessoas jurídicas de direito público prestadoras de serviço público respondem objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- b) Joana deverá comprovar a conduta do agente público, o dano sofrido, ocorrência de dolo ou culpa do agente e o nexo causal entre a conduta e o dano.
- c) a vítima poderá entrar com a ação de indenização em face de Maria, diretamente, que responderá subjetivamente, nesse caso.
- d) a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação a autora do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- e) a vítima poderá optar entre ajuizar a ação em face do Estado (ou da pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público) ou em face da servidora, diretamente, em ambos os casos incidindo a responsabilidade objetiva.

- 30.** Acerca da decisão coordenada, prevista na Lei nº 9.784/1999, assinale a opção correta:
- a) a decisão coordenada poderá ser aplicada aos processos administrativos de licitação, mediante justificativa da autoridade competente.
 - b) eventual dissenso na solução do objeto da decisão coordenada deverá ser manifestado durante as reuniões, de forma fundamentada, acompanhado das propostas de solução e de alteração necessárias para a resolução da questão, sendo vedada a arguição de matéria estranha ao objeto da convocação.
 - c) fica dispensada a autoridade de fazer constar da ata a síntese das teses pertinentes ao objeto da convocação.
 - d) nos casos em que dois setores administrativos precisem decidir acerca de casos relevantes, e nos quais houver discordância que prejudique a celeridade do processo, poderá ser adotada a decisão coordenada.
 - e) a decisão coordenada exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida, passando a ser conjunta e solidária.

MATEMÁTICA

Eduardo Mocellin

- 31.** Em determinado mês, a média aritmética dos salários de 53 servidores públicos federais foi de R\$ 4.680,00. Acrescentando-se o salário de um novo servidor, a média passou a ser R\$ 4.960,00. O valor do salário desse novo servidor é:
- a) R\$ 8.600,00
 - b) R\$ 9.820,00
 - c) R\$ 10.560,00
 - d) R\$ 14.840,00
 - e) R\$ 19.800,00

- 32.** Considere os números racionais:

- $A = 3,12222 \dots$
- $B = \frac{31}{5}$
- $C = \frac{1}{45}$

O valor de $\frac{A-C}{B}$ é:

- a) 0,8
- b) 0,6666 ...
- c) 0,5
- d) 0,4
- e) 0,3333 ...

- 33.** O concursero Armando comentou com o seu colega Bruno: “hoje eu estudei o equivalente a $\frac{4}{9}$ do dia, enquanto você estudou apenas o equivalente a $\frac{7}{20}$ do dia”. Com base nessa informação, o tempo que Armando estudou a mais do que Bruno é:

- a) 1 hora e 50 minutos.
- b) 2 horas e 16 minutos.
- c) 2 horas e 48 minutos.
- d) 3 horas e 14 minutos.
- e) 3 horas e 36 minutos.

- 34.** Quinze professores do Estratégia Concursos gastaram 18 dias trabalhando 5 horas por dia para comentar 2000 questões para o Sistema de Questões. O número de dias que 12 professores trabalhando 4 horas e meia por dia gastariam para comentar 2400 questões é:

- a) 21 dias
- b) 25 dias
- c) 28 dias
- d) 30 dias
- e) 35 dias

35. Em um supermercado de Brasília, um servidor público federal comprou uvas, bananas, abacaxis e mamões. Considerando o preço padrão das frutas do supermercado, o valor pago pelas uvas, bananas, abacaxis e mamões corresponderia a 25%, 10%, 15% e 50% do preço total, respectivamente. Em virtude de uma promoção, o servidor ganhou um desconto de 10% no preço das uvas e de 20% no preço dos mamões. O desconto assim obtido no valor total de sua compra foi de:

- a) 7,5%
- b) 10%
- c) 12,5%
- d) 15%
- e) 17,5%

36. Um servidor público federal tomou emprestado R\$ 2.400,00 de um amigo, R\$ 2.160,00 de outro e R\$ 1.840,00 de um terceiro amigo, prometendo pagar a todos em uma determinada data, sem juros. Na data combinada, o servidor dispunha de apenas R\$ 5.600,00, e decidiu pagar a cada um deles quantias diretamente proporcionais aos valores emprestados. Dessa maneira, ao amigo que emprestou a maior quantia, o servidor continuou devendo

- a) R\$ 340,00.
- b) R\$ 330,00.
- c) R\$ 300,00.
- d) R\$ 270,00.
- e) R\$ 250,00.

37. Sabe-se que os gráficos das funções $f(x) = ax^2 + bx + 12$ e $g(x) = x + 8$ se intersectam nos pontos de abscissa -2 e 2 . A soma dos coeficientes a e b da função f é igual a:

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3

e) 4

38. Considere dois números reais positivos a e b tais que $9a = 3^{2b}$. O valor de b é:

- a) $\frac{a}{2}$
- b) $1 + \frac{a}{2}$
- c) $2 \times (1 + a)$
- d) $1 + a$
- e) a^2

39. Um capital de R\$ 10.000,00 foi aplicado, a juros simples, durante um ano e meio, à taxa de 4,5% ao mês. O montante acumulado nesse período corresponde a

- a) R\$ 11.458,00.
- b) R\$ 12.500,00.
- c) R\$ 14.300,00.
- d) R\$ 16.500,00.
- e) R\$ 18.100,00.

40. O número de servidores federais presentes em um treinamento está compreendido entre 420 e 520. Quando agrupados de 8 em 8, de 10 em 10 ou de 16 em 16, sempre restam 3 servidores sem grupo.

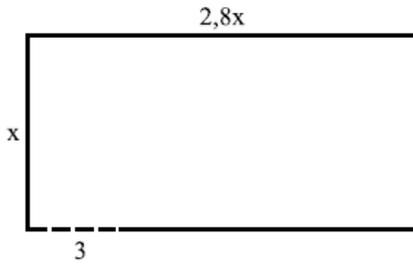
O produto dos três algarismos do número total de servidores federais desse treinamento é:

- a) 0
- b) 21
- c) 24
- d) 78
- e) 96

41. A soma dos 100 primeiros termos da progressão $(4, 7, 10, 13, \dots)$ é:

- a) 15.250
- b) 15.500
- c) 15.750
- d) 16.000
- e) 16.250

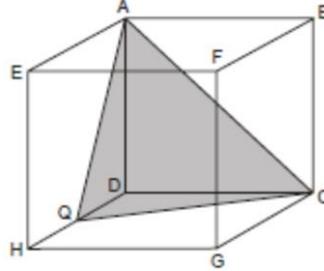
42. Joaquim comprou um terreno retangular conforme a figura a seguir, em que as dimensões estão indicadas em metros.



Antes de começar a construir uma casa nesse terreno, Joaquim pretende cercá-lo com três voltas de arame farpado, deixando uma passagem livre de 3 metros para entrada e saída de veículos, conforme mostrado na figura. Sabendo-se que Joaquim utilizou 333m de arame, a medida indicada por x na figura, em metros, é:

- a) 10
- b) 12
- c) 14
- d) 15
- e) 16

43. Considere o cubo ABCDEFGH a seguir e uma pirâmide de vértices A, C, D e Q, obtida a partir desse cubo.



Sabendo-se que $HQ = DQ$, a razão entre o volume da pirâmide e o volume do cubo, nessa ordem, é igual a:

- a) $\frac{1}{5}$
- b) $\frac{1}{8}$
- c) $\frac{1}{9}$
- d) $\frac{1}{12}$
- e) $\frac{1}{15}$

44. Uma pessoa deve agrupar 4 livros distintos sobre o assunto A, 3 livros distintos sobre o assunto B e 2 livros distintos sobre o assunto C, de modo que os livros de um mesmo assunto fiquem sempre juntos e em qualquer ordem. A quantidade de maneiras diferentes de efetuar o agrupamento é de

- a) 32.
- b) 38.
- c) 288.
- d) 864.
- e) 1728.

45. Três carros de Fórmula 1, A, B e C, disputarão uma corrida. A probabilidade de A vencer é 2 vezes a probabilidade de B vencer, e a probabilidade de B vencer é 3 vezes a probabilidade de C vencer. Sabendo-se que em uma corrida de Fórmula 1 sempre há um único vencedor, a probabilidade de A vencer a corrida é:

- a) $\frac{1}{7}$
- b) $\frac{2}{3}$
- c) $\frac{3}{5}$
- d) $\frac{1}{5}$
- e) $\frac{1}{10}$

REALIDADE BRASILEIRA

Alé Lopes

46. A grande concentração de trabalhadores em um pequeno número de fábricas e a concentração geográfica na região do ABC paulista foram fatores materiais importantes para a organização do novo movimento operário. Por exemplo, em 1978 existiam em São Bernardo cerca de 125 mil operários na indústria mecânica metalúrgica, com forte predominância da indústria automobilística. (...) Em 1979, cerca de 3,2 milhões de trabalhadores entraram em greve no país. (...) As greves tinham por objetivo um amplo leque de reivindicações: aumento de salários, garantia de emprego, reconhecimento das comissões de fábrica, liberdades democráticas.

(FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2000, p. 499-500).

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o processo de redemocratização no Brasil, ocorrido entre as décadas de 1970 e 1980, é correto afirmar que

- a) as greves foram iniciadas por questão estritamente salariais, de modo que esses movimentos não influenciaram no desgaste do regime militar.
- b) as greves salariais foram feitas porque as empresas estavam descumprindo os acordos coletivos de

trabalho e as normas de segurança e saúde do trabalhador.

- c) essas greves criticavam a postura dos patrões, que estavam alinhados ao Regime Militar.
- d) além da questão salarial, as greves reivindicavam a anistia dos presos políticos, somando-se à Campanha pela Anistia.
- e) esses movimentos fortaleceram, juntamente com a igreja católica, a capacidade de mobilização contra a ditadura militar, o que acelerou o processo de abertura política.

47. O povo não se mexeu, os governadores não se manifestaram, o Congresso aceitou a renúncia depois de receber a carta de Jânio.. Ninguém se dispôs a defendê-lo. Sobraram os ministros militares, que no dia 28 de agosto (de 1961) comunicaram que não aceitavam a posse de Jango, vice-presidente. Os ministros apostavam numa espécie de golpe constitucional ao intimidar o Congresso para que os parlamentares declarassem o impedimento de Goulart. Nem a UDN concordou. Estava aberta a crise política, os resultados eram imprevisíveis, e o país iria caminhar perigosamente para uma guerra civil.

SHWARCZ, Lília e STARLING, Heloisa. Brasil: Uma biografia. São Paulo: Cia das Letras, 2020, p. 434-36.

Considerando o contexto e o processo trazido pelo texto, a solução para evitar a guerra civil foi

- a) O golpe civil-militar, comandado por militares com apoio de setores da sociedade civil.
- b) A mobilização armada da população a partir do Rio Grande do Sul, liderada por Brizola.
- c) A aprovação, pelo Congresso Nacional, de Emenda Constitucional que instalava o regime parlamentarista, com previsão para confirmação via plebiscito.
- d) A aprovação, pelo Congresso Nacional, do regime presidencialista militar.
- e) O estabelecimento de um governo provisório comandado por militares até a resolução parlamentar da crise.

REALIDADE BRASILEIRA*Leandro Signori*

48. De modo geral, nas regiões metropolitanas brasileiras, há uma área central altamente valorizada, onde se concentram os principais empreendimentos comerciais e financeiros, além das residências de alta renda. No entanto, nos arredores dessa área central, existem diversas favelas e comunidades carentes, onde a população enfrenta sérios problemas de acesso a serviços básicos, como saúde, educação e saneamento básico.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa que melhor descreve uma possível relação entre a concentração da renda e a dinâmica social urbana:

- a) A concentração de renda na área central contribui para o desenvolvimento econômico da região metropolitana como um todo, promovendo a geração de empregos e oportunidades de negócios.
- b) A desigualdade de renda entre a área central e as comunidades periféricas reflete uma estrutura socioeconômica injusta, onde os recursos são mal distribuídos e as oportunidades são escassas para os residentes de baixa renda.
- c) A presença de favelas e comunidades carentes nos arredores da área central é resultado da falta de iniciativa individual por parte dos moradores, que não buscam melhorar sua condição socioeconômica.
- d) O acesso desigual aos serviços básicos é uma consequência natural da urbanização, comum em regiões metropolitanas de países em desenvolvimento como o Brasil.
- e) A concentração de renda na área central é benéfica para a economia local, uma vez que atrai investimentos estrangeiros e estimula o desenvolvimento de infraestrutura urbana.

49. A Constituição de 1988 representa um marco na história política e jurídica do Brasil, consolidando o Estado Democrático de Direito e garantindo diversos direitos fundamentais aos cidadãos brasileiros. No entanto, apesar dos avanços proporcionados pela Constituição, ainda existem desafios a serem enfrentados para a plena efetivação da cidadania e da democracia no país. Um desses desafios é:

- a) A ausência de medidas para inclusão social de grupos marginalizados, como negros, indígenas, mulheres e LGBT+.
- b) A excessiva burocracia estatal, que impede a ampliação dos serviços públicos à população.
- c) A falta de representatividade política, com a concentração de poder nas mãos de uma elite política e econômica.
- d) A interferência do Poder Judiciário nas atribuições dos demais poderes, comprometendo o princípio da separação dos poderes.
- e) A ineficácia das instituições democráticas, com a ameaça constante de retrocessos autoritários e ataques à liberdade de expressão e manifestação.

50. Após a abolição formal da escravidão em 1888, a população negra brasileira enfrentou uma série de desafios, incluindo a exclusão socioeconômica e a marginalização política. Embora tenham sido promulgadas leis para combater a discriminação racial, os desafios persistem até os dias atuais. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) Após a abolição, a população negra brasileira experimentou uma inclusão imediata na sociedade, com acesso a direitos políticos, civis e socioeconômicos.
- b) O Estatuto da Igualdade Racial, promulgado em 2010, estabelece direitos fundamentais da população negra, mas não aborda questões de acesso à terra e à moradia.
- c) As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por movimentos globais que influenciaram os direitos étnico-raciais, mas que tiveram pouco impacto no Brasil.
- d) A Lei Afonso Arinos de 1951 foi a primeira a condenar práticas discriminatórias em razão de raça, mas não representou uma mudança significativa na realidade socioeconômica dos negros.
- e) A Lei Caó, de 1989, equiparou a injúria racial como crime de racismo, estabelecendo penas mais brandas para atos discriminatórios.

51. A concentração da renda e da riqueza é um fenômeno presente em muitos países, incluindo o Brasil, e está diretamente relacionada às desigualdades sociais. No contexto brasileiro, a concentração de renda é influenciada por diversos fatores, como políticas tributárias regressivas, falta de acesso à educação de qualidade e herança histórica de exclusão social. Essa concentração impacta negativamente não apenas na distribuição de recursos, mas também na dinâmica econômica do país, gerando um ciclo de pobreza e desigualdade difícil de ser quebrado. Uma das principais consequências da concentração de renda e riqueza no Brasil é:

- a) O fortalecimento do mercado interno, já que a parcela mais rica da população tende a investir em bens de luxo e produtos importados.
- b) A diminuição das disparidades sociais, pois a concentração de renda estimula a competição no mercado de trabalho, aumentando as oportunidades para todos.
- c) A perpetuação do ciclo de pobreza, uma vez que as oportunidades de ascensão social são limitadas para os mais pobres.
- d) A diminuição do consumo e a consequente estagnação econômica, pois a maior parte da população não possui renda suficiente para adquirir bens e serviços.
- e) A diminuição da competitividade internacional, uma vez que a desigualdade impacta negativamente na capacidade produtiva do país.

52. A inserção do Brasil no sistema internacional é influenciada por uma série de fatores, incluindo sua posição geográfica, recursos naturais, poder econômico e políticas externas. Nas últimas décadas, o país tem buscado consolidar sua posição como um ator global relevante, participando ativamente de organizações internacionais, buscando assentos em conselhos de segurança e promovendo acordos comerciais bilaterais e multilaterais. No entanto, o Brasil enfrenta desafios significativos em sua inserção internacional, incluindo a competição com outras potências emergentes, o protecionismo de alguns países desenvolvidos e as críticas internacionais relacionadas a questões ambientais e de direitos humanos.

Diante desse contexto, uma das estratégias que tem sido adotada pelo Brasil para fortalecer sua inserção internacional é:

- a) A promoção de uma política externa mais isolacionista, focada na defesa dos interesses nacionais e na não intervenção em assuntos externos.
- b) A intensificação das políticas de militarização, visando aumentar a capacidade de defesa do país e garantir sua segurança em um cenário internacional cada vez mais complexo.
- c) A redução dos investimentos em organizações internacionais, buscando diminuir os custos e a dependência em relação a acordos e tratados internacionais.
- d) A ampliação das políticas de protecionismo comercial, visando proteger a indústria nacional da concorrência estrangeira e estimular o desenvolvimento econômico interno.
- e) O fortalecimento das parcerias com países emergentes, como China, Índia e Rússia, visando ampliar sua influência geopolítica e econômica.

53. A segregação socioespacial é uma realidade presente em muitas cidades brasileiras, resultante de processos históricos de exclusão e desigualdade. Essa segregação se manifesta de diversas formas, incluindo a divisão de espaços residenciais, acesso desigual a serviços públicos e infraestrutura precária em determinadas áreas. Uma das principais soluções apontadas por urbanistas e planejadores urbanos para combater a segregação socioespacial é:

- a) A valorização imobiliária de áreas nobres.
- b) A privatização de serviços públicos.
- c) O aumento da segurança pública.
- d) A implementação de políticas habitacionais inclusivas.
- e) A remoção de comunidades carentes para áreas periféricas.

54. A transição para fontes de energia mais limpas e renováveis tem sido amplamente discutida como uma resposta aos desafios ambientais e climáticos globais. No contexto brasileiro, um dos principais debates envolve a utilização da energia hidrelétrica, que historicamente tem sido a principal fonte de eletricidade no país.

Considerando essa questão, analise o seguinte cenário hipotético:

Em uma região remota da Amazônia brasileira, o governo planeja construir uma grande represa para aproveitar o potencial hidrelétrico do rio local. No entanto, essa iniciativa tem gerado preocupações entre ambientalistas e comunidades indígenas da região, que temem os impactos negativos sobre o ecossistema e seus modos de vida tradicionais.

A respeito desse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A energia hidrelétrica é uma fonte de energia renovável, porém, poluente, que contribui para o aumento das emissões de gases de efeito estufa e intensifica os impactos adversos nas mudanças climáticas globais.

- b) A oposição à construção da represa é motivada principalmente por interesses políticos e econômicos de grupos contrários ao desenvolvimento da região amazônica, sem considerar os impactos para o meio ambiente e as comunidades locais.
- c) A construção da represa representa um avanço significativo na transição energética do Brasil, mas poderá aumentar a dependência de combustíveis fósseis e comprometer a sustentabilidade ambiental a longo prazo.
- d) A energia hidrelétrica é uma fonte de energia renovável e limpa, no entanto, sua construção pode resultar em impactos ambientais significativos, como o deslocamento de comunidades locais, a inundação de áreas florestais e a alteração dos ecossistemas aquáticos.
- e) Os impactos ambientais da construção da represa, como o desmatamento e a perda de biodiversidade, são justificados pelos benefícios econômicos e sociais que a infraestrutura proporcionará à região.

55. O debate em torno do "marco temporal" tem sido objeto de intensa controvérsia e mobilização no Brasil, especialmente entre povos indígenas, organizações da sociedade civil e ruralistas. Sobre esse tema, identifique a alternativa que expressa corretamente o posicionamento dos defensores do "marco temporal":

- a) Defendem a tese de que a ocupação tradicional das terras indígenas deve ser reconhecida a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, visando à segurança jurídica e à limitação das desapropriações.
- b) Apoiam a reivindicação dos povos indígenas pela demarcação das terras tradicionalmente ocupadas antes da chegada dos colonizadores europeus ao Brasil, em 1500.
- c) Propõem a utilização da data de 5 de outubro de 1993 como referência para determinar as terras

indígenas passíveis de demarcação, objetivando uma abordagem mais flexível e negociada.

- d) Defendem a ampliação do conceito de terras indígenas para incluir áreas atualmente ocupadas por fazendas e empresas agropecuárias, visando ao desenvolvimento econômico e à modernização do campo.
- e) Propõem que as demarcações de terras indígenas sejam submetidas a consulta popular, com participação dos moradores locais e representantes dos setores produtivos.

56. O desenvolvimento rural no Brasil é marcado por desigualdades estruturais, incluindo a concentração fundiária e o êxodo dos trabalhadores rurais. Uma das estratégias que pode ser adotada para promover um desenvolvimento rural mais justo e sustentável é:

- a) A ampliação da concentração de terras nas mãos de grandes proprietários.
- b) A intensificação da mecanização agrícola.
- c) O estímulo à agricultura familiar e agroecologia.
- d) A flexibilização das leis trabalhistas no campo.
- e) A abertura de áreas protegidas para a exploração agrícola.

57. Os povos indígenas do Brasil têm lutado há séculos pela proteção de seus direitos e pela preservação de suas terras e culturas. No entanto, ainda enfrentam desafios significativos, especialmente no que diz respeito à demarcação e proteção de terras indígenas. Dentre os principais desafios atuais enfrentados pelos povos indígenas brasileiros, **NÃO** se insere:

- a) A preservação dos recursos naturais em seus ambientes.
- b) O reconhecimento de seus direitos territoriais.
- c) A garantia de acesso a serviços públicos de qualidade, como saúde e educação.
- d) A sub-representação nos espaços de poder e decisão.
- e) O desenvolvimento tecnológico em suas comunidades.

58. A história dos negros no Brasil é marcada por séculos de opressão, luta e resistência. Desde a chegada dos primeiros africanos escravizados ao país, os negros enfrentaram discriminação, violência e desigualdades sociais. No entanto, ao longo dos anos, diversas conquistas legais foram alcançadas, e a luta antirracista continua sendo uma pauta central na sociedade brasileira contemporânea. Com base nesse contexto, analise o seguinte cenário:

Uma organização não governamental (ONG) está realizando uma campanha de conscientização sobre o racismo estrutural no Brasil. Esta campanha visa destacar as desigualdades raciais presentes em diversos aspectos da sociedade brasileira, desde o acesso à educação e ao mercado de trabalho até a representatividade política e midiática. No entanto, a campanha tem sido alvo de críticas e resistência por parte de grupos que negam a existência do racismo no país.

Considerando esse contexto, qual das seguintes alternativas melhor representa uma forma de resistência ao combate ao racismo estrutural no Brasil?

- a) A implementação de políticas públicas afirmativas, como cotas raciais e ações afirmativas, visando promover a igualdade de oportunidades e combater as desigualdades raciais.
- b) A redução do impacto do racismo, sustentando a ideia de que o Brasil é uma sociedade racialmente igualitária e que as desigualdades são resultado de mérito individual.
- c) A criminalização das manifestações culturais afro-brasileiras, restringindo a liberdade de expressão e o direito à identidade cultural dos negros.
- d) A adoção de políticas de segregação racial, buscando manter a separação entre negros e brancos em diferentes aspectos da vida social.
- e) A criminalização dos movimentos sociais e das organizações que lutam contra o racismo, reprimindo a liberdade de organização e manifestação desses grupos.

59. Em meio ao contexto urbano nacional contemporâneo, caracterizado pelo crescimento populacional acelerado e pelas demandas por melhor qualidade de vida, as desigualdades na estrutura urbana se tornaram uma questão central. Considerando as complexas dinâmicas que permeiam a paisagem urbana, assinale a alternativa correta sobre as desigualdades na estrutura urbana:

- a) O crescimento populacional das cidades geralmente leva à formação de comunidades mais integradas, facilitando o acesso a serviços públicos essenciais, como transporte e educação.
- b) A segregação socioespacial é um fenômeno exclusivamente ligado à falta de planejamento urbano, sem relação com questões sociais e econômicas.
- c) A preocupação com a segurança pública tem levado ao surgimento de condomínios fechados e áreas de circulação restrita, aumentando a fragmentação da paisagem urbana e limitando o acesso a espaços compartilhados.
- d) A implementação de projetos de revitalização urbana em regiões de baixa renda promove a inclusão social e reduz a segregação socioespacial, ao oferecer melhores condições de moradia e acesso a serviços essenciais.
- e) A centralização de recursos na infraestrutura das áreas mais privilegiadas reflete uma política urbana inclusiva, buscando atrair investimentos e fomentar o desenvolvimento econômico.

60. Durante séculos, as mulheres foram relegadas a um papel secundário na sociedade, enfrentando discriminação e exclusão social em diversas esferas da vida. O machismo estrutural permeia as relações sociais, econômicas e políticas, perpetuando desigualdades de gênero e limitando o pleno exercício dos direitos das mulheres.

Considerando os diversos aspectos da sociedade brasileira, assinale a alternativa que apresenta uma situação onde possa se verificar um dos reflexos da desigualdade de gênero no cotidiano nacional:

- a) Na representação política proporcional nos governos, refletindo a inclusão de mulheres em todos os níveis de tomada de decisão.
- b) Na predominância de mulheres em cargos de liderança e gestão, o que cria uma representatividade equitativa nos espaços de decisão.
- c) Na expectativa de vida, que é desigual entre homens e mulheres em decorrência de fatores sociais e biológicos.
- d) Na implementação de políticas de cotas em empresas, garantindo a ascensão profissional das mulheres de forma equitativa em relação aos homens.
- e) Na falta de políticas de igualdade salarial, onde mulheres enfrentam discriminação sistemática e recebem, em média, menos que homens pelo mesmo trabalho.

Discursiva

POR QUE o serviço público é importante?

O primeiro ponto destacado por especialistas quanto à importância do serviço público é que é por meio dele que o Estado garante aos cidadãos o acesso a serviços, políticas e direitos no geral.

“É por meio do serviço público que a gente tem acesso a saúde, a educação, a vacinas. Nosso acesso ao Estado e aos direitos que o Estado nos garante se dá via servidor público” – Gabriela Lotta, professora de administração pública da FGV e professora visitante de Oxford, em entrevista ao ‘Nexo’

Trata-se de uma função que, conforme lembra Fernando Coelho, se insere no contexto de um pacto social estabelecido pela Constituição. *“Quem define o tamanho do Estado e o que o Estado deve fazer é a própria sociedade. Nós fizemos essa definição pela última vez na Constituição de 88”, disse ele. “O serviço público é importante para traduzir essa pactuação.”*

“Num país como o Brasil, de tamanha desigualdade, essa função se torna ainda mais essencial”, acrescentou o professor. “O ator capaz de agir sobre essas desigualdades, criando oportunidades, ou trabalhando por critério de equidade, é o próprio Estado”, disse Coelho, que aponta ainda uma importância dos servidores para traduzir uma função econômica do Estado, de atuar na regulação, na provisão de bens públicos e de trazer a perspectiva de um projeto de desenvolvimento.

*“O serviço público está ali como o instrumento habilitador de três grandes funções: a função **política** do Estado, de traduzir o pacto político que fez com a sociedade, a questão **social**, considerando no nosso caso as desigualdades, e a função **econômica** de prover bens públicos, dentro de uma perspectiva de um projeto de desenvolvimento” –Fernando Coelho, professor de gestão pública da USP, em entrevista ao ‘Nexo’*

Gabriela Lotta aponta também que os servidores públicos são *“uma parte fundamental do funcionamento da democracia”*. *“Porque a democracia só opera quando você tem um Estado que está voltado ao povo, e não aos interesses particulares de determinado político”, disse ela. “É o servidor público que resguarda a legalidade da ação do Estado, um Estado que tem continuidade baseada na lei.”*

<https://www.nexojournal.com.br/explicado/2021/12/12/a-trajetoria-o-perfil-e-o-papel-dos-servidores-publicos-no-brasil>

Nesse sentido, escreva, em registro formal da Língua, um texto dissertativo-argumentativo, que contenha entre 20 e 30 linhas, a respeito do seguinte tema: **a relevância do serviço público como elemento de redução de desigualdades.**

Folha de Resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
